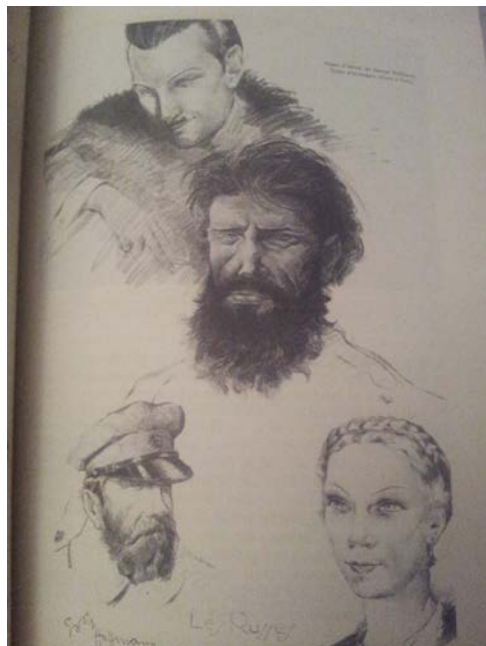
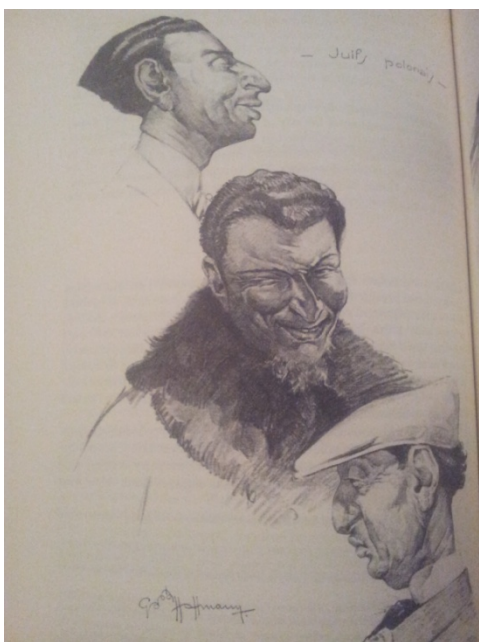


IMIGRAÇÃO, RAÇA E LUTA CONTRA O TERRORISMO

No livro *Policing Paris*, de Clifford Rosenberg, encontramos estas ilustrações, que constavam de edições da *Police Parisienne*, de 1937. A da esquerda visa exemplificar os vários tipos de «judeus polacos» que se podiam encontrar a viver em Paris. A da direita, os vários «tipos de russos» que se podiam encontrar na rua.



Na sequência do «encerramento» da imigração para os EUA, após a Iª Guerra, restava aos imigrantes da Europa de Leste procurarem uma vida melhor nos países da Europa Ocidental – sobretudo em França, que se tornou na altura o maior país Europeu de imigração. Mas estes imigrantes encontraram uma Europa ocidental desconfiada, que impunha sobre os mesmos um controlo permanente. A polícia francesa adoptou então uma verdadeira campanha, muito semelhante ao «*papers please*», através da qual os agentes de imigração podiam abordar e pedir os documentos de identificação a qualquer pessoa na rua. Os manuais da polícia ajudavam os agentes, demonstrando com ilustrações deste tipo quem deveriam ser os transeuntes prioritários.

O que deveria ser hoje uma caricatura, remete-nos para uma sensação de *dejà vu*, mas reportada à contemporaneidade. Que o imigrante foi sempre visto com desconfiança nas nossas sociedades não é novidade. Afinal, diz muito boa gente que ele vem roubar-nos os empregos, viver à custa da nossa segurança social, aproveitar os nossos sistemas liberais para trazer costumes que não são os nossos. E que traz consigo criminalidade violenta. E, já agora, como afirmava a *Supreme Court* dos EUA nos finais do séc. XIX, referindo-se aos imigrantes chineses, é bem sabido que têm hábitos pouco higiénicos. São estas e outras ideias que existem na mente de tantas pessoas que conformam a nossa sociedade. E por

mais estudos que se façam, demonstrando que não há uma relação directa entre o aumento da imigração e da criminalidade, ou que os imigrantes podem ser até uma forma de salvação para as contas moribundas da nossa segurança social, o discurso instalado continua a ser o da *desconfiança*. A desconfiança em relação ao outro, ao *estranho*, de cabelos louros, olhos azuis e traços afiados, ao de olhos rasgados, na sua loja de variedades, ou ao de pele morena, barbas e turbante.

Claro está, como todos sabemos, esta desconfiança que de uma forma geral desde o pós-Guerra imbuía e caracterizava sistematicamente as sociedades fechadas em nações, teve um novo *boom* com os ataques do 11 de Setembro. No rescaldo desses ataques foram vários os países que, tentando combater o terrorismo, optaram por restringir as suas leis de imigração. Um estudo realizado pelo *Centre for Migration Law* da Universidade de Nijmegen¹, sobre as mudanças no Direito da Imigração desde o 11 de Setembro de 2001, demonstra que foram vários os Estados que, na sequência dos ataques, adoptara leis de imigração mais restritivas. No rescaldo dos ataques *Charlie Hebdo* foram também conhecidas várias vezes que clamaram por um reforço dos controlos fronteiriços, ou pela ideia de uma «Europa-Fortaleza». Assim foi advogado, em vários países da Europa, por parte dos partidos de extrema-direita que nos últimos meses têm vindo a ganhar cada vez mais apoio popular. Marine Le Pen, Nigel Farage, do partido eurocético UKIP, Geert Wilders, líder do Partido da Liberdade holandês, concordam entre si que as fronteiras devem ser fechadas e que os Acordos de Schengen, que permitem a uma comunidade de países a livre circulação de pessoas, devem ser suspensos. Num discurso que para muitos pode ser considerado sedutor por aparentemente protector, apontam o «fechar o cerco à imigração» como a forma de combater o terrorismo e fazer com os cidadãos se sintam mais seguros.

É certo que o combate ao terrorismo terá de ser feito em várias frentes, e não pretendo discutir de forma alargada quais e como. Pretendo apenas demonstrar que a *adoção de políticas de imigração restritivas* pode não ser adequada para esse fim, e pode implicar a negação dos próprios valores fundamentais da sociedade democrática. O que não significa – note-se, - negar que as sociedades devem adoptar, através da imigração, medidas defensivas em relação a *concretas suspeitas de terrorismo*.

Pode não ser adequada. Muitos dos ataques terroristas pura e simplesmente não usaram a via da imigração para serem perpetrados. Tome-se como exemplo os ataques de Janeiro passado em Paris. Ao que tudo indica, foram levados a cabo por cidadãos nacionais, não por imigrantes. O fechar as fronteiras apenas dá uma falsa sensação de segurança, como se as nossas sociedades não produzissem, elas mesmas, ameaças à sua própria segurança. Ora, no campo da imigração, a alternativa a um «isolamento total» seriam as medidas de imigração selectivas. Mas estas não são também um meio eficaz na luta contra o terrorismo. Apenas podem valer se existir informação fidedigna sobre quem é suspeito de terrorismo, recaindo, naturalmente, de forma individualizada sobre esses concretos suspeitos. Mas, na falta de informação fidedigna sobre quem é suspeito de terrorismo, usar-se-ão inevitavelmente dados decorrentes da proveniência étnica, religiosa

¹ *Terrorism and the foreigner: a decade of tension around the rule of law in Europe*, Elspeth Guild, Anneliese Baldaccini (ed.), Leiden : Martinus Nijhoff Publishers, 2007.

ou nacional dos imigrantes. O uso de estereótipos seria assim, convertido em *critério de selecção* de imigrantes.

Ora, é esse o corrente estado de coisas. Após os ataques do 11 de Setembro, os Estados passaram a fazer da origem nacional, raça, etnia e religião, as componentes-chave em matéria de controlo da imigração. Os principais alvos têm sido as pessoas de origem muçulmana. Advogado abertamente pelos cada vez mais populares partidos de extrema-direita, ou usado na prática pelos oficiais da imigração, a *técnica do livro da Polícia de Paris* volta a ser usada. Controlos reforçados sobre quem corresponda à nossa imagem mental do muçulmano-tipo.

E é aí que o controlo da imigração, enquanto forma de combater o terrorismo, leva à *negação dos próprios valores fundamentais da sociedade democrática*. Tal prática de imigração selectiva é um claro atentado ao princípio da proibição da discriminação. Que começa na porta de entrada do aeroporto, e se dissemina em cada momento da vida dos membros das comunidades imigrantes instaladas. Contribuí para que cada um de nós olhe com suspeição qualquer indivíduo que se cruze connosco e se assemelhe à tal imagem-tipo, como se andássemos munidos de ilustrações como as dos livros de Paris. As medidas de imigração selectivas baseadas na raça, religião, origem étnica ou nacional são, assim também, contraproducentes a nível de integração das comunidades visadas, levando à estigmatização de todos os que partilham as mesmas características relevantes. E uma política do «*Watch your Neighbour*» dirigida aos membros dessas comunidades começaria a instalar-se mansamente na nossa comunidade, outrora conhecido pela sua hospitalidade.

Mas mais. O uso das leis de imigração para efectivar o «combate ao terrorismo» pode levar a outros efeitos perversos. No referido estudo da Universidade de Nijmegen demonstra-se que alguns Estados têm preferido usar o Direito da Imigração, ao invés do Direito Criminal, de forma a evitar a aplicação das garantias impostas por este último ramo do Direito. É mais fácil para as autoridades usarem os mecanismos das leis de imigração, nomeadamente através de expulsões sumárias, por exemplo, do que estarem sujeitas a todos os constrangimentos processuais que estariam inerentes a uma acusação por terrorismo. A eficácia surge aqui, pois, como forma de escapar – e assim, negar – as liberdades fundamentais, que afinal queríamos proteger.

Como escreveu João Varela nesta mesma coluna de opinião há uns tempos, «*se a luta contra o terrorismo significa criar espaços "fortificados", inacessíveis a todos os não autóctones; Se a luta contra o terrorismo significa a marginalização das minorias étnicas locais, confinando-as a guetos e/ou proibindo-as de manifestar, externamente, a respectiva identidade cultural, então, a "guerra" está - desde já - perdida, sendo vencedora a parte contrária, que nos impõe novas/velhas regras próprias de épocas históricas que julgáramos, em definitivo, superadas*».

Ana Rita Gil

Declaro que o texto que apresento é da minha autoria, sendo exclusivamente responsável pelo respectivo conteúdo e citações efectuadas